



Conteúdo

Relatório da administração	
Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
Base de preparação	
1. Contexto operacional	14
2. Base de preparação	15
3. Moeda funcional e moeda de apresentação	16
4. Uso de estimativas e julgamentos	16
Políticas contábeis	
5. Base de mensuração	16
6. Políticas contábeis materiais	16
7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas	21
Ativos	
8. Títulos e valores mobiliários	21
9. Concessionárias e permissionárias	22
10. Ativo de contrato	23
11. Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23
Passivos e patrimônio líquido	
12. Financiamento e debêntures	23
13. PIS e COFINS diferidos	26
14. Imposto de renda e contribuição social diferidos	27
15. Contingências	27
16. Patrimônio líquido	29
Desempenho do exercício	
17. Receita operacional líquida	30
18. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas	31
19. Resultado financeiro	32
Tributos sobre o lucro	
20. Imposto de renda e contribuição social	32
Outras informações	
21. Transações com partes relacionadas	33
22. Gestão de riscos financeiros	33
23. Cobertura de seguros	36



Relatório da Administração

(Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Jauru Transmissora de Energia S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

Denominação social	Jauru Transmissora de Energia S.A.
Natureza jurídica	Sociedade anônima fechada
Data de constituição	12 de dezembro de 2006
Sede	Rio de Janeiro
Objeto social	Implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica.
Empreendimento	Linha de transmissão que conecta as subestações de Jauru, Vilhena, Pimenta Bueno, Ji Paraná, Ariquemes e Samuel.
Características técnicas	230 KV
Extensão aproximada	940 km

As acionistas da Companhia e suas respectivas participações estão apresentadas a seguir.

	%
Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo)	33%
Celeo Redes Expansões S.A. (Celeo Expansões)	67%
	100%

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	15 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	76.516	79.327

A redução aproximada de 3,5% é resultante da combinação do reajuste positivo do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), de 5,3%, com a redução gradual de 50% da RAP conforme detalhado na nota explicativa 1.1.

(b) Pagamento de dividendos para as acionistas

	2025
Celeo	13.042
Celeo Expansões	26.088
	39.130



(c) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 99,9%.

(d) Pagamento de principal e juros do financiamento e das debêntures

	Principal	Juros
Financiamento	11.114	1.887
Debêntures	1.470	4.600
	12.584	6.487

(e) Auditores independentes

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela revisão da NBC 17, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$162. No referido exercício não foram prestados serviços além de auditoria e asseguaração limitada para covenants.

A contratação dos auditores independentes é de competência do Acionista, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal não é permanente e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

José Maurício S. de Souza
Diretor Técnico

Marcus Hansen Balata
Diretor Financeiro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Jauru Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Jauru Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Jauru Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 6 e 10 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) requer o exercício de estimativas e julgamentos significativos na determinação de mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo.</p> <p>A administração, no momento da adoção inicial do CPC 47, usou estimativas e julgamentos significativos para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificadas e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido nas premissas durante o reconhecimento inicial, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente;ii) a verificação, com o auxílio dos especialistas de Finanças Corporativas, se as premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato estão conforme as premissas consideradas na adoção do CPC 47;iii) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração e realização do ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.481/2025 e nº 3.348/2024, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); eiv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa

Contadora CRC RJ-100983/O-7



Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa		1.334	1.331
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	10.100	8.957
Concessionárias e permissionárias	9	6.969	7.993
Ativo de contrato	10	77.085	73.511
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	7.167	4.966
Outros ativos		6.427	5.075
Total do ativo circulante		109.082	101.833
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	6.849	13.971
Ativo de contrato	10	422.325	448.191
Total do realizável a longo prazo		429.174	462.162
Imobilizado		3.285	3.345
Total do imobilizado		3.285	3.345
Total do ativo não circulante		432.459	465.507
Total do ativo		541.541	567.340
Fornecedores		1.148	1.340
Financiamento	12	11.437	11.081
Debêntures	12	2.730	1.590
Salários e encargos a pagar		2.379	2.245
Outros impostos e contribuições a recolher		1.258	1.579
PIS e COFINS diferidos	13	6.755	6.440
Dividendos	21 (c)	5.780	3.838
Encargos setoriais		5.683	5.011
Outros passivos		1.248	1.215
Total do passivo circulante		38.418	34.339
Financiamento	12	5.524	16.480
Debêntures	12	55.548	55.602
PIS e COFINS diferidos	13	36.320	38.991
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	83.431	82.536
Contingências	15	1.015	1.531
Total do passivo não circulante		181.838	195.140
Total dos passivos		220.256	229.479
Capital social	16 (a)	266.880	266.880
Reserva de lucros	16 (b)	40.787	63.198
Dividendo adicional proposto	16 (c)	13.618	7.783
Total do patrimônio líquido		321.285	337.861
Total do passivo e patrimônio líquido		541.541	567.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	17	54.391	49.376
Custo de construção	18 (a)	(19)	(4.102)
Custos operacionais	18 (b)	(15.900)	(18.314)
Lucro bruto		38.472	26.960
Despesas gerais e administrativas	18 (c)	(2.641)	(1.621)
Provisão para perda de crédito esperada	9	(612)	-
Despesas operacionais		(3.253)	(1.621)
Resultado antes do resultado financeiro		35.219	25.339
Receitas financeiras		4.452	3.654
Despesas financeiras		(10.647)	(12.137)
Resultado financeiro	19	(6.195)	(8.483)
Resultado antes dos impostos		29.024	16.856
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.633)	(6.309)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(895)	3.692
Imposto de renda e contribuição social	20	(4.528)	(2.617)
Lucro líquido do exercício		24.496	14.239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	24.496	14.239
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	24.496	14.239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2023		266.880	6.842	10.582	41.912	17.973	-	344.192
Pagamento de dividendos	16 (b)	-	-	-	-	(17.973)	-	(17.973)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	14.239	14.239
Reserva Legal	16 (b)	-	712	-	-	-	(712)	-
Reserva de incentivos fiscais	16 (b)	-	-	3.150	-	-	(3.150)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	-	-	(2.594)	(2.594)
Dividendos adicionais propostos	16 (d)	-	-	-	-	7.783	(7.783)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		266.880	7.554	13.732	41.912	7.783	-	337.861
Pagamento de dividendos	16 (b)	-	-	-	(28.750)	(7.783)	-	(36.533)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	24.496	24.496
Reserva Legal	16 (b)	-	1.225	-	-	-	(1.225)	-
Reserva de incentivos fiscais	16 (b)	-	-	5.114	-	-	(5.114)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	-	-	(4.539)	(4.539)
Dividendos adicionais propostos	16 (d)	-	-	-	-	13.618	(13.618)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		266.880	8.779	18.846	13.162	13.618	-	321.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		24.496	14.239
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		895	(3.692)
- Imposto de renda e contribuição social correntes		3.633	6.309
- Provisão para perda de crédito esperada		612	-
- Contingências	15	(611)	(212)
- PIS e COFINS diferidos	14	(2.356)	(3.652)
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(4.052)	(3.340)
- Juros e correção monetária sobre debêntures e financiamento	12	9.557	11.432
- Depreciação		60	129
- Ativo de contrato - remuneração	10	(51.196)	(54.480)
- Ativo de contrato - receita de construção	10	(23)	(5.023)
		(18.985)	(38.290)
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias		412	1.022
- Ativo de contrato	10	73.511	96.109
- Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(2.201)	2.312
- Outros ativos		(1.352)	397
- Fornecedores		(192)	218
- Outros impostos e contribuições a recolher		2.740	(1.447)
- Salários e encargos a pagar		134	266
- Encargos setoriais		672	157
- Outros passivos		132	1.314
Caixa gerado pelas atividades operacionais		54.871	62.058
Impostos pagos sobre o lucro		(6.694)	(4.614)
Debêntures - pagamento de juros	12	(4.600)	(5.248)
Financiamentos - pagamento de juros	12	(1.887)	(2.831)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		41.690	49.365
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(72.024)	(76.712)
Títulos e valores mobiliários - resgates		82.051	82.856
Caixa proveniente das atividades de investimento		10.027	6.144
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	21 (c)	(39.130)	(29.103)
Debêntures - pagamento de principal	12	(1.470)	(14.016)
Financiamentos - pagamento de principal	12	(11.114)	(13.132)
Caixa (utilizado) nas atividades de financiamento		(51.714)	(56.251)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		3	(742)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.331	2.073
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		1.334	1.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1 Contexto operacional

A Jauru Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 3 de dezembro de 2006 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

As acionistas da Companhia e suas respectivas participações estão apresentadas a seguir.

	%
Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo)	33%
Celeo Redes Expansões S.A. (Celeo Expansões)	67%
	100%

1.1 Contrato de concessão

Contrato de concessão	1/2007
Objeto do contrato	Construção, operação e manutenção das instalações de transmissão
Estados atendidos	Mato Grosso e Rondônia
Empreendimento principal	Linhas de Transmissão Tramo Sul (Vilhena-Jauru) e Tramo Norte (conexão entre Vilhena, Pimenta Bueno, Ji Paraná, Ariquemes e Samuel)
Características técnicas da LT	230 KV circuito simples (i-iv) e duplo (v)
Extensão aproximada	940 km
Instalações	(a) linhas de transmissão que conectam (i) a Subestação - SE Samuel na Subestação Ariquemes, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 153 km; (ii) a Subestação Ariquemes na Subestação Ji-Paraná, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 164 km; (iii) a Subestação Ji-Paraná na Subestação Pimenta Bueno, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; (iv) a Subestação Pimenta Bueno na Subestação Vilhena, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 160 km; e (v) a Subestação Vilhena, no Estado de Rondônia, na Subestação em Jauru, no Estado de Mato Grosso, com circuito duplo e com extensão aproximada de 354 km; e (b) (i) entradas de linhas 230 KV na Subestação Samuel, Subestação Ariquemes, Subestação Ji-Paraná, Subestação Pimenta Bueno, Subestação Vilhena e Subestação Jauru; e (ii) reatores de linha, 230 KV nas Subestações Ariquemes, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Vilhena, Jauru, além das respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
Data de assinatura	20 de abril de 2007
Prazo de vigência	30 anos
Data de vencimento	20 de abril de 2037
Início da operação comercial	maio de 2013



1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	15 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	76.516	79.327

Os contratos de concessão celebrados em 2007 preveem uma RAP fixa até o 15º ano de operação comercial, com redução a partir do 16º ano. Em razão disso, a partir de maio de 2024, correspondente ao 16º ano de operação comercial do Tramo Sul, a Companhia passou a perceber 50% da RAP vigente no 15º ano para esse tramo, percentual que permanecerá até o término do prazo da concessão. Considerando que a entrada em operação ocorreu de forma gradual, a redução da RAP foi implementada de maneira fracionada, motivo pelo qual o exercício findo em 2025 foi impactado apenas parcialmente por essa redução.

A redução aproximada de 3,5% é resultante da combinação do reajuste positivo do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), de 5,3%, com a redução gradual de 50% da RAP conforme detalhado na nota explicativa 1.1.

1.3 Revisão Tarifária Periódica (RTP)

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, considerando o seguinte cronograma.

	1ª revisão	2ª revisão	3ª revisão	4ª revisão	5ª revisão
Cronograma RTP (ciclo tarifário)	2012-2013	2017-2018	2022-2023	2027-2028	2032-2033

1.4 Reforço

	Reforço substituição de relés	
Ato autorizativo	Despacho nº 4.036	
Data	17 de dezembro de 2021	
RAP prevista	R\$ 417	R\$ 410
Início das obras	Iniciaram em 2024 devido dependência da conclusão de obras de outros agentes.	
Obra	Substituição da proteção e controle diferencial de barras da cadeia principal - SE Jaurú	Substituição da proteção e controle diferencial de barras da cadeia principal - SE Ji-Paraná
Custo estimado	R\$ 2.718	R\$ 2.670
Previsão de início de operação	segundo semestre de 2026	primeiro semestre de 2026

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 20 de março de 2026.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.



Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota explicativa	Estimativas e julgamentos
6	Critério de apuração e remuneração do ativo de contrato
15	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios
23	Análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Políticas contábeis materiais

Uma nova norma contábil foi efetiva para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou a nova norma contábil (listada abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras, visto que não é aplicável.

Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.



Prática	Nota explicativa	Descrição
Títulos e valores mobiliários – circulante e não circulante	8	<p>Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento e das debêntures.</p>
Receitas e despesas financeiras	19	<p>A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.</p> <p>A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro.</p> <p>No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.</p>
Instrumentos financeiros – Classificação e mensuração	22	<p>(a) Classificação e mensuração</p> <p>Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.</p> <p>Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos.</p> <p>Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado.</p>



Prática	Nota explicativa	Descrição
Instrumentos financeiros – Classificação e mensuração	22	<p>A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:</p> <p>(i) Custo amortizado Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.</p> <p>(ii) VJR Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.</p> <p>(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.</p> <p>A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.</p> <p>Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.</p>



Prática	Nota explicativa	Descrição
Ativo de contrato	10	<p>Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.</p> <p>De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.</p> <p>Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.</p> <p>Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none">i. Reconhecimento de receita de construção Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção 40% (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão.iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica “Remuneração do ativo de contrato”, utilizando a taxa de desconto de 11% definida no início de cada projeto.



Prática	Nota explicativa	Descrição
Ativo de contrato	10	<p>A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:</p> <p>i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.</p> <p>ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.</p>
Imposto de renda e contribuição social	15 e 21	<p>O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.</p> <p>A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.</p> <p>(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.</p> <p>Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p> <p>(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.</p>



Prática	Nota explicativa	Descrição
Imposto de renda e contribuição social	15 e 21	<p>Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.</p> <p>Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.</p> <p>A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p>

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Norma	Adoção	Vigência
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às CPC 48/IFRS9 e CPC 40/IFRS 7)	Não houve adoção antecipada e não se espera que esta alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.	01/01/2026
Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7)		
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras (substituirá o CPC 26/IAS 1)	Não houve adoção antecipada; entretanto, a Companhia espera impactos relevantes na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação da IFRS 18. A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos desse pronunciamento sobre suas demonstrações financeiras.	01/01/2027

8 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

A Companhia aplica seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras do Banco Santander foi de 99,2% (98,1% em 31 de dezembro de 2024) do DI com vencimento entre novembro e dezembro de 2026.



ii. Não circulante

		2025	2024
Fundo de investimento - Financiamento	(a)	3.497	3.530
Fundo de investimento - Debêntures	(b)	3.352	10.441
		6.849	13.971

- (a) Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, em uma conta denominada “Conta Reserva” (caixa restrito), valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. A variação refere-se ao valor dos vencimentos reduzido das prestações mensais.
- (b) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação, em uma conta denominada “conta reserva debêntures” e “conta de pagamento debêntures”, valores equivalentes ao saldo mínimo de 1 (uma) vez o valor estimado da próxima prestação semestral a vencer, incluindo pagamentos de amortização do principal, atualização monetária e dos juros remuneratórios das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 a totalidade dos recursos está aplicado em renda fixa via cotas de fundos de investimento em títulos públicos, referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2025 foi de 14,1% (10,6% no exercício findo em 2024).

Adicionalmente, a variação do saldo de debêntures compreende a reclassificação de CDBs para o circulante de acordo com o prazo de vencimento, acima de três meses e inferiores a um ano.

As aplicações referentes às garantias do contrato de financiamento e das debêntures estão em conformidade com as exigências contratuais. Para maiores detalhes, veja a nota explicativa 13.

9 Concessionárias e permissionárias

	2025	2024
A vencer	6.469	7.004
Até 3 meses	23	691
De 3 a 6 meses	124	208
De 6 a 12 meses	246	90
Acima de 12 meses	1.749	1.030
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(1.642)	(1.030)
	6.969	7.993

A movimentação da PCE está demonstrada a seguir.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	(1.030)	(1.030)
Adições	(612)	-
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	(1.642)	(1.030)



10 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023		521.702	558.308
Receita de construção	(a)	23	5.023
Remuneração do ativo de contrato		51.196	54.480
Recebimentos		(73.511)	(96.109)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024		499.410	521.702

(a) Refere-se à construção do reforço conforme nota explicativa 1.4.

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	77.085	73.511
Não circulante	422.325	448.191
	499.410	521.702

11 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2025	2024
Imposto de renda	6.274	4.966
Contribuição social	893	-
	7.167	4.966

12 Financiamento e debêntures

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	Financiamento		Debêntures		
	27.561	40.477	57.192	68.071	
Juros	2.401	3.047	5.286	5.215	
Correção monetária	-	-	1.870	3.170	
Amortização - principal	(11.114)	(13.132)	(1.470)	(14.016)	
Amortização - juros	(1.887)	(2.831)	(4.600)	(5.248)	
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024		16.961	27.561	58.278	57.192

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	Financiamento		Debêntures	
	2025	2024	2025	2024
Circulante	11.437	11.081	2.730	1.590
Não circulante	5.524	16.480	55.548	55.602
	16.961	27.561	58.278	57.192

i. Estrutura da dívida

(a) Financiamento

A Companhia possui dois contratos de financiamento com o BNDES. O primeiro contrato foi assinado no dia 23 de dezembro de 2009 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1, sendo dividido em 3 (três subcréditos) conforme tabela a seguir.



	Subcrédito A	Subcrédito B	Subcrédito C
Valor captado	86.285	17.715	3.000
Vencimento da 1ª parcela	23/12/2009		
Vencimento da última parcela	15/04/2024	15/10/2019	15/11/2015
Finalidade	Obras civis	Máquinas e equipamentos	Investimentos sociais
Encargos	TJLP + 2,32%	TJLP + 4,5%	TJLP
Forma de pagamento	Principal e juros mensais		

O segundo contrato foi assinado em 26 de dezembro de 2012 e foi destinado à implantação, operação e manutenção do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1, sendo dividido em 3 (três subcréditos) conforme tabela a seguir.

	Subcrédito D	Subcrédito E	Subcrédito F
Valor captado	138.300	13.200	1.300
Vencimento da 1ª parcela	26/12/2012		
Vencimento da última parcela	15/06/2027	15/12/2022	15/06/2027
Finalidade	Obras civis	Máquinas e equipamentos	Investimentos sociais
Encargos	TJLP + 2,58%	TJLP	
Forma de pagamento	Principal e juros mensais		

(b) Debêntures

	1ª emissão	2ª emissão
Data de emissão	15 de junho de 2013	24 de outubro de 2013
Data de vencimento	15 de dezembro de 2030	
Finalidade	Implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1	
Valor total captado	39.000	
Data de ingresso dos recursos	15 de junho de 2013	24 de outubro de 2013
Atualização do saldo principal	Correção pelo IPCA	
Taxa de juros	IPCA + 8% ao ano	
Periodicidade dos juros	Pagamento semestral	
Pagamento de juros	Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos semestralmente. O primeiro pagamento dos juros remuneratórios foi realizado no dia 15 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento será no dia 15 de dezembro de 2030.	
Pagamento de principal	O Valor Nominal Unitário será amortizado em parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 15 de dezembro de 2013 e a última na Data de Vencimento.	

ii. Estratégia para a contratação da dívida

Na avaliação prévia à contratação da dívida, a Companhia considerou o impacto na sua estrutura de capital, além de fatores como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação. Tendo em vista que a receita da Companhia é corrigida anualmente pelo IPCA, dívidas com mesma indexação, como no caso das Debêntures, permitem o alinhamento entre receitas e despesas financeiras.



iii. Fluxos dos pagamentos futuros

O fluxo estimado de pagamentos futuros inclui somente principal tendo em vista que os pagamentos de juros ocorrem mensalmente (financiamento) ou semestralmente (debêntures), dependendo do tipo de dívida. Esse fluxo é calculado com base na posição final das dívidas em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações de principal dos financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores de encargos incorridos, já reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 o vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	Financiamento	Debêntures
Em 2027	5.524	8.871
Em 2028	-	14.785
Em 2029	-	15.629
A partir de 2030	-	16.263
	5.524	55.548

iv. Cláusulas restritivas

O contrato de financiamento e a escritura das debêntures possuem cláusulas restritivas “(covenant)” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas estão descritas a seguir:

- (a) Não realizar, sem a prévia autorização do BNDES, (i) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, (ii) concessão de preferência a outros créditos e (iii) distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido;
- (b) Cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão;
- (c) Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária e não pecuniária;
- (d) A constituição, sem a autorização prévia dos debenturistas titulares de, no mínimo 85% do total das debentures em circulação, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios;
- (e) Decretação de vencimento antecipado do contrato de financiamento com o BNDES;
- (f) Pedido de: (i) falência formulado por terceiros em face da Companhia e não devidamente elidido no prazo legal e (ii) pedido de autofalência formulado pela Companhia; e
- (g) Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP). O ICSD precisa ser no mínimo de 1,3 e o ICP igual ou superior a 30% sendo este calculado de acordo com as demonstrações contábeis regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento.



v. Composição do endividamento e da dívida líquida

	2025	2024
Dívida bruta		
Financiamento	16.961	27.561
Debêntures	58.278	57.192
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários		
Caixa e conta corrente	(1.334)	(1.331)
CDB	(10.100)	(8.957)
Fundo de investimento	(6.849)	(13.971)
Dívida líquida	56.956	60.494

13 PIS e COFINS diferidos

Os saldos de PIS e COFINS registrados no passivo decorrem das receitas de construção e da remuneração do ativo de contrato reconhecidas pela Companhia desde o início da fase de construção até a presente data, em conformidade com o regime de competência e com os critérios de reconhecimento de receita previstos no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, em conjunto com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Nos termos do ICPC 01, a Companhia reconhece a receita de construção à medida do progresso da execução das obras, com o correspondente reconhecimento do ativo de contrato, bem como a receita de remuneração associada à prestação contínua do serviço concedido, nos termos do contrato de concessão. Os tributos incidentes sobre tais receitas são reconhecidos simultaneamente ao reconhecimento da receita que lhes dá origem, em observância ao regime de competência.

A realização dos saldos de PIS e COFINS ocorrerá de forma gradual, à medida do recebimento da RAP, conforme previsto no contrato de concessão e em alinhamento com o fluxo de realização do ativo de contrato reconhecido contabilmente.

De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura.

Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a administração entende que a obrigação é exigível, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável.

Por fim, a Companhia acompanhará de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis.

A movimentação do PIS e da COFINS diferidos está demonstrada a seguir.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	45.431	49.083
Despesa do ano corrente	(2.356)	(3.652)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	43.075	45.431



O montante do PIS e da COFINS está demonstrado abaixo:

	2025	2024
PIS	7.684	8.104
COFINS	35.391	37.327
	43.075	45.431

Os valores apresentados referem-se à diferença temporária entre o reconhecimento da receita de acordo com os avisos de crédito (AVC) e a receita de acordo com a aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão. A segregação entre o circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados a seguir.

	2025	2024
Circulante	6.755	6.440
Não circulante	36.320	38.991
	43.075	45.431

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Imposto de renda	61.346	60.688
Contribuição social	22.085	21.848
	83.431	82.536

A composição do saldo está apresentada a seguir.

	Base de cálculo		IRPJ e CSLL	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para perdas de crédito esperada	(1.642)	(1.030)	(558)	(350)
Provisão para contingências	(611)	(1.053)	(208)	(358)
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	247.638	244.835	84.197	83.244
	245.385	242.752	83.431	82.536

15 Contingências

A Companhia constitui provisões relacionadas a processos judiciais e administrativos, em valores suficientes para garantir eventuais perdas consideradas prováveis.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Os processos avaliados como de risco possível são divulgados em notas explicativas.

A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é suportada pelo julgamento e pela experiência da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

As avaliações de risco e os valores estimados podem divergir dos que vierem a ser incorridos pela Companhia.



Os saldos estão detalhados a seguir:

	Provisões		Passivos contingentes	
	2025	2024	2025	2024
Fundiário	818	739	10	-
Tributário	-	-	136	136
Cível	197	887	635	482
	1.015	1.626	771	618

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	1.626	1.838
Reversões	(611)	(212)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	1.015	1.626

i. Servidão administrativa

A Companhia indeniza os proprietários por onde a linha de transmissão vai ser construída. Inicialmente a Companhia atribui o valor da indenização que é reconhecida inicialmente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, ele aciona juridicamente a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 o risco de perda possível é de R\$ 10 e em 31 de dezembro de 2024 não haviam valores como risco de perda possível. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda provável os montantes de R\$ 818 e R\$ 739, respectivamente.

ii. Indenização

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia possui ação judicial composta por danos morais em decorrência de acidente de trabalho, cujo prognóstico de perda foi definido como provável, pelos consultores jurídicos, e para a qual manteve provisão no montante de R\$197 e R\$ 887, respectivamente.

iii. Desconto de parcela variável

A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor em risco é de R\$ 635 e R\$482, respectivamente. Foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

iv. Ação regressiva

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia é parte em uma ação de regresso ajuizada pelo INSS. Sentença de improcedência. Em fase de recurso de apelação movido pelo INSS. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor em risco é de R\$ 136 e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

v. Reequilíbrio econômico-financeiro

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia é parte em uma ação de revisão de equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão ajuizada pela Companhia em face a ANEEL. Em 31 de dezembro de 2024 o valor em risco é de R\$ 825 e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. Em 31 de dezembro de 2025 não há valor em risco de perda possível.



16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 266.880 dividido em 266.880.000 (duzentos e sessenta e seis milhões e oitocentos e oitenta mil) ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo.

	%	Ações (mil) 2025 e 2024
Celeo	33%	88.960
Celeo Expansões	67%	177.920
	100%	266.880

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

A destinação da reserva legal está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Reserva legal	1.225	712

ii. Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Extraordinária	04 de dezembro de 2025	28.750	Aprovação para pagamento de dividendos adicionais

iii. Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais do imposto de renda auferido na exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica no Estado do Mato Grosso. Nos dias 18 de setembro de 2017 e 6 de dezembro de 2018 o Ministério da Integração Nacional por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), emitiu o Laudo Constitutivo nº 041/2017 (contemplando 595km da linha de transmissão) e nº 129/2018 (contemplando 354km da linha de transmissão), totalizando 100% do empreendimento, aprovando o direito à Companhia ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração. O período de vigência (ano calendário) desse incentivo fiscal é de 2017 até 2026 e 2018 até 2027, respectivamente. Durante o período de vigência, a Companhia deve atender as seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social; (ii) apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente; (iii) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução; e (iv) aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDAM.

O não atendimento dessas obrigações pode resultar na perda do referido incentivo fiscal.

A destinação da reserva de incentivos fiscais está demonstrada a seguir.



	2025	2024
Reserva de incentivos fiscais	5.114	3.150

(c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

A destinação do dividendo mínimo obrigatório está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Dividendos mínimos obrigatórios	4.539	2.594

(d) Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Ordinária	25 de abril de 2024	17.793	Destinado ao pagamento de dividendos adicionais à acionista.
Assembleia Geral Ordinária	09 de abril de 2025	7.783	

A destinação do dividendo adicional está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Dividendo adicional proposto	13.618	7.783

17 Receita operacional líquida

		2025	2024
Remuneração do ativo		51.196	54.480
Perda na RAP	(a)	(4.896)	(18.944)
Receita de operação e manutenção		17.521	16.801
Receita de construção	(b)	23	5.023
Outras receitas		(326)	-
Parcela variável	(c)	(299)	(3)
Receita bruta		63.219	57.357
PIS e COFINS correntes		(7.232)	(8.148)
PIS e COFINS diferidos		2.356	3.652
Encargos setoriais	(d)	(3.952)	(3.485)
Deduções da receita		(8.828)	(7.981)
		54.391	49.376

(a) Refere-se a diferença entre a RAP projetada para fins de fluxo do ativo de contrato e a RAP realizada.

(b) Refere-se à construção do reforço conforme nota explicativa 1.4



- (c) A parcela variável é reconhecida no momento da ocorrência do evento, por meio da Apuração Mensal dos Serviços e Encargos de Transmissão (AMSE) e quando não disponível, são realizadas provisões suficientes para garantir eventuais perdas.
- (d) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

		2025	2024
Reserva global de reversão (RGR)	(a)	(3.546)	(2.315)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)		(688)	(814)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	(a)	282	(356)
		(3.952)	(3.485)

- (a) A variação observada refere-se à conciliação dos saldos dos encargos buscando alinhar os registros contábeis com os saldos informados pelo Despacho emitido pela ANEEL para o ciclo 2025-2026.

18 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

(a) Custo de construção

	2025	2024
Serviços	(19)	(1.212)
Máquinas, equipamentos e materiais	-	(2.890)
	(19)	(4.102)

(b) Custos operacionais

		2025	2024
Pessoal		(7.789)	(7.582)
Manutenção das instalações de transmissão	(i)	(1.583)	(3.692)
Serviço de operação e manutenção	(ii)	(2.347)	(2.233)
Faixa de servidão (manutenção e limpeza)		(1.480)	(1.369)
Consultorias técnicas		(2)	(635)
Viagem e Hospedagem		(738)	(579)
Contrato de compartilhamento de instalação		(538)	(557)
Material		(501)	(517)
Seguros		(224)	(213)
Contingências	(iii)	611	212
Diversos		(1.309)	(1.149)
		(15.900)	(18.314)

- (i) Refere-se a prestações de serviços de reparo na infraestrutura.
- (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo, conforme nota explicativa 22.
- (iii) Trata-se de uma redução no valor de risco de perda por conta de atualizações no que diz respeito aos processos fundiário e cível, conforme nota explicativa 15.



(c) Despesas operacionais

		2025	2024
Prestação de serviços administrativos	(i)	(850)	(850)
Pessoal		(633)	(359)
Consultorias	(ii)	(477)	(212)
Depreciação		(60)	(129)
Publicações		(50)	(46)
Diversos		(571)	(25)
		(2.641)	(1.621)

- (i) Refere-se a prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo, conforme nota explicativa 21 (a).
- (ii) A variação observada refere-se à contratação de assessorias ambientais para apoio na obtenção de licenças.

19 Resultado financeiro

	2025	2024
Rendimento de aplicação financeira	3.835	3.161
Outras receitas	617	493
Receitas financeiras	4.452	3.654
Juros e correção monetária - financiamento	(2.401)	(3.047)
Juros - debêntures	(7.156)	(8.385)
Outras despesas	(1.090)	(705)
Despesas financeiras	(10.647)	(12.137)
	(6.195)	(8.483)

20 Imposto de renda e contribuição social

		2025	2024
Resultado antes dos impostos		28.413	16.856
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%		(9.660)	(5.731)
Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM	(a)	5.114	3.150
Adições		18	(36)
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva		(4.528)	(2.617)
IR e CS correntes		(3.633)	(6.309)
IR e CS diferidos		(895)	3.692
Alíquota efetiva		16%	16%

- (a) Veja nota 16 (b) (iii).



21 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

	Tipo de transação	Índice de correção	Prazo	Vencimento	Passivo		Resultado	
					2025	2024	2025	2024
Celeo (i)	Backoffice	IPCA	4 anos	2025	-	-	(850)	(850)
Celeo (ii)	O&M	IPCA	5 anos	2029	348	330	(2.347)	(2.233)
					348	330	(3.197)	(3.083)

As transações comerciais com a Celeo referem-se a (i) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica “despesas gerais e administrativas”; e (ii) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica “custos operacionais”.

(b) Remuneração da administração

Em 2025 e 2024 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que eles recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo.

(c) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	3.838	12.374
Aprovação dos dividendos oriundos da reserva de retenção de lucros	28.750	-
Dividendos adicionais	7.783	17.973
Pagamento de dividendos	(39.130)	(29.103)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	4.539	2.594
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	5.780	3.838

22 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão, do Contrato de Financiamento e da Escritura de Emissão de Debêntures, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas e a emissão de novas ações e outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas



a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento é indexado à TJLP e as debêntures ao IPCA.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais.

Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao ONS um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de perda esperada utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.



Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(2.542)	(1.907)	(1.271)
Financiamento	Aumento da TJLP	1.269	1.586	1.904
Debêntures	Aumento do IPCA	3.100	3.875	4.651

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (15% e 5,3%) foi considerada conforme relatório Focus de 2 de janeiro de 2026. A TJLP para o cenário provável (7,5%) foi considerada conforme relatórios de mercado de dezembro de 2025.

(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

		Hierarquia do valor justo	2025		2024	
			Custo	VJR	Custo	VJR
Caixa e equivalente de caixa			1.334	-	1.331	-
Títulos e valores mobiliários	8	Nível II	-	16.949	-	22.928
Concessionárias e permissionárias	9		6.969	-	7.993	-
Ativos Financeiros			8.303	16.949	9.324	22.928
Fornecedores			1.148	-	1.340	-
Financiamento	12		16.961	-	27.561	-
Debêntures	12		58.278	-	57.192	-
Passivo Financeiro			76.387	-	86.093	-

(d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo reconhecidos nessas demonstrações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

		Hierarquia do valor justo	2025		2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	13	Nível II	58.278	58.278	57.192	57.192
			58.278	58.278	57.192	57.192

As debêntures são classificadas como “outros passivos financeiros ao custo amortizado” e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.



Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

23 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2025 a 30.06.2026	96.278
Responsabilidade civil	30.06.2025 a 30.06.2026	20.000
D&O	30.06.2025 a 30.06.2026	50.000

_____ José Maurício S. de Souza Diretor Técnico	_____ Marcus Hansen Balata Diretor Financeiro	_____ Bruno M. S. M. Melo Contador CRC-RJ 111193/O-8
---	---	---